

Pregão Eletrônico

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DOMUNICÍPIO DE UBIATÁ-PR

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022

TERCERIZA - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº21.116.767/0001-50, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 56 - Sala 1, bairro Centro no município de Wenceslau Braz, Estado do Paraná - CEP: 84.950-000, neste ato representada pelo Sr. MILTON HENRIQUE GRECCHI, inscrito no CPF/MF nº 041.961.449-42, e portador da Carteira de Identidade RG nº 7.632.316-0 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 310, Vila Toyoki no município de Wenceslau Braz, Estado do Paraná - CEP: 84.950-000, vem, com o devido acato, a presença de Vossa Senhoria para apresentar as suas

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO, COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO,

contra a decisão que declarou vencedora a proposta da proponente licitante, LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.344.892/0001-03, doravante denominada recorrida, aduzindo para tanto o que se segue.

A necessária atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso administrativo, ainda no que tange às questões procedimentais que envolvem o presente manejo, consoante destacado no preâmbulo deste recurso, desde já, com esteio no Art. 4º, XVIII, c/c o Art. 9º, da Lei 10.520/2002, c/c o Art. 109, §2º, da Lei nº 8.666/1993, pugna a recorrente pela aplicação do efeito suspensivo à presente peça de recurso, nos estreitos limites legais.

Requer, por conseguinte, seja seu recurso recebido, processado e concedido o efeito suspensivo, e em caso deste Julgador não reconsiderar sua decisão, que seja determinado o encaminhamento do recurso para apreciação do seu Superior Hierárquico, como determina a nossa legislação que regula as licitações públicas.

I. DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO EMÉRITO JULGADOR,

Permissa vênia, a r. decisão da Ilustríssima COMISSÃO DE PREGÃO DO MUNICÍPIO DE UBIATÁ DO ESTADO DO PARANÁ, que declarou como vencedora do item 07 do lote 02, a empresa, LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA, carece que seja revista e reformada, eis que prolatada em desarmonia com a nossa legislação, estando a merecer reparos, senão vejamos:

II. DO CABIMENTO, DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO E DO EFEITO SUSPENSIVO

No dia 12 de Abril de 2022, terça-feira, deu-se início a sessão eletrônica do pregão em comento, sendo a proponente, ora recorrida, LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA, declarada vencedora do certame somente na data de 14 de Abril de 2022, quinta-feira.

Assim, o prazo recursal deu-se início na data de 18 de Abril de 2022, segunda-feira. Entretanto, a despeito da declaração como vencedora, vale constar sobre o direito a recurso e seu respectivo prazo, vale aludir que tal decisão é cabível o presente recurso, em garantia aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, de aplicação indiscutível no feito administrativo.

E não pode deixar passar também que, além da previsão contida no art. 109, da Lei 8.666/93, é assegurado a todos os litigantes e em todos os processos administrativos o direito ao recurso, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, veja:

"Art. 5º. (...) LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;" (Original sem grifo).

Com efeito, o licitante ou contratado que se sentir lesado por decisão administrativa pode se valer de recurso administrativo lato sensu, utilizando-se de meios de reexame interno em face de ato ou decisão administrativa que lhe tenha sido desfavorável, o qual será julgado pela autoridade hierarquicamente superior àquela prolatora de ato/decisão recorrido(a) pertencente ao mesmo órgão ou entidade. Ademais, consoante o princípio da autotutela administrativa, a Administração Pública pode rever seus próprios atos, quando ilegais, inconvenientes ou inoportunos. De modo a reforçar esta prerrogativa, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula nº 473, estabelecendo que:

"Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e,ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Portanto, é cabível a interposição de recurso administrativo em face da decisão que declarou como vencedora a proponente LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA. E nesse turno, vale lembrar também que a autoridade poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso, uma vez que a r. decisão trará graves consequências à recorrente.

Por isso, se faz necessário que seja concedido o efeito suspensivo ao presente recurso, nos precisos termos do art. 109, § 2º, da Lei 8.666/93. O que enseja que a r. decisão está trazendo enormes prejuízos à ora recorrente, e deverá ser concedida de imediato o efeito suspensivo ao recurso.

III. DAS RAZÕES PARA REFORMAR A R. DECISÃO

Diante da intenção apresentada seguem as razões, fundamentando todas as alegações feitas, que consubstanciam assim a desclassificação da recorrida. Ilustre Senhor julgador, data máxima vênia, a recorrente passará a demonstrar que a r. decisão ocorreu em um grande equívoco em declarar vencedora a proponente LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA, haja vista o não atendimento a todas as exigências do Edital.

Assim, apresentaremos pontos que levaram ao descumprimento da recorrida com as regras editalícias do instrumento convocatório.

III.I. DA INEXEQUIBILIDADE DE FATO

Abordamos aqui a questão da inexecução, tendo em vista que a empresa ora declarada vencedora, recorrida, LUCAS TEIXEIRA DASILVA E CIA LTDA, sagrou-se vencedora baixando seus valores ofertados a ponto de firmar descontos absurdos bem abaixo considerando os parâmetros de inexecução, o que demonstra claramente a impossibilidade de cumprimento do contrato perante as obrigações atinentes às legislações vigentes. Diante do valor apresentado no lance final, perante o item 07 do lote 02, pela proponente LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA, vê-se claramente a OCORRÊNCIA DE LANCE DE VALOR INEXEQUÍVEL, perante o que dispõe o ARTIGO 48, INCISOS I E II, § 1º, ALÍNEAS "A" E "B", DA LEI DE LICITAÇÕES Nº 8.666/93, como segue:

"Art. 48. Serão desclassificadas: I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação; II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. § 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou b) valor orçado pela administração." (Original sem grifo)

Assim, perante a constatação de plena e clara inexecução, é de extrema necessidade que o Pregoeiro inabilite a recorrida. Neste sentido, segue a regra dos subitens 13.3 e 13.3.1 do instrumento convocatório perante questões de desclassificação da proponente, haja vista que no caso em tela, o lance inexequível vai contra a legislação em vigor. Assim vejamos:

"13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível. 13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que, não sendo possível aplicar o princípio da comparação objetiva das propostas, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração."

Vejamos o resultado que evidencia a inexecução da proposta da recorrida:

LOTE 02 - ITEM 07: VALOR TOTAL DO ITEM NO EDITAL: R\$ 12.000,00 VALOR OFERTADO PELA PROPONENTE: R\$ 8.334,00 - CORRESPONDE A UM DESCONTO DE 30,55%, SENDO QUE A LEGISLAÇÃO FALA EM INEXEQUIBILIDADE A PARTIR DE 30% DE DESCONTO.

Portanto, perante o exposto, resta claro, a ocorrência de diversos fatores que levam ao descumprimento ao instrumento convocatório notadamente a habilitação da proponente LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA, visto não estar de acordo com as disposições do edital em razão das regras editalícias. Nos deparamos aqui num absurdo, visto a extrema impossibilidade da manutenção da proposta com os referidos valores.

Nesta mesma linha de raciocínio, importante frisar o devido respeito ao cumprimento da Instrução Normativa nº 5, de 26 de Maio de 2017, principalmente com relação aos itens, "VI" e "VII", proveniente do Anexo I, como segue:

"VI - CUSTOS INDIRETOS: os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, calculados mediante incidência de um percentual sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas, tais como os dispêndios relativos a: a) funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), dentre outros; b) pessoal administrativo; c) material e equipamentos de escritório; d) preposto; e) seguros. VII - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS: custos de mão de obra decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, estimados em função das ocorrências verificadas na empresa e das peculiaridades da contratação, calculados mediante incidência percentual sobre a remuneração."

Desta forma, visivelmente a proposta da proponente recorrida, se apresenta inexequível, e mesmo assim teve sua proposta classificada. Portanto, é inaceitável a proposta que, mesmo vantajosa para a administração, possa ferir os princípios da Lei, como o princípio da vinculação ao Edital, previsto nos artigos 41 e 48, já supracitado, ambos da Lei nº 8.666/93, impõe obrigações tanto para a Administração quanto para os licitantes:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

A fim de lidar com esse grave problema, o objetivo principal é alertar os agentes de compras governamentais quanto aos cuidados que devem ter antes de homologar um contrato. A contribuição que esses servidores podem fornecer é inestimável, pois são eles que estão "na linha de frente" dos procedimentos, elaborando os editais e concretizando as compras públicas de que tanto o País necessita. Vejamos que o Exmo. Sr. Des. Carlos Stephanini (Relator no MS 44122-9) em exame de questão similar sobre proposta que não preenche as condições e termos do Edital, deixa claro acerca de Julgamento Objetivo:

"Quanto ao Julgamento Objetivo, trata-se daquele que se baseia no critério indicado no edital bem como nos termos específicos das propostas. Esse princípio afasta o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a atenderem-se ao critério prefixado na Administração."

Portanto, já que a Comissão se agasalha em princípios perseguidos exaustivamente pela Constituição Federal, com intuito de sempre objetivar e preservar o caráter competitivo de forma que alcance a solução mais benéfica para a Administração Pública, deve-se levar em consideração que a proponente ora declarada habilitada como vencedora, vem a descumprir o edital e o Princípio da Vinculação, princípio este que determina à Administração Pública que observe e cumpra estritamente suas próprias regras, garantindo a segurança jurídica para as partes envolvidas.

Por todo o exposto, entendemos que o senhor pregoeiro se equivocou ao classificar a proposta em questão, contrariando a legislação das licitações, princípios que norteiam o tema, o entendimento jurisprudencial inclusive ao interesse público. Resta mais que claro que a recorrida deve ser inabilitada imediatamente haja vista o descumprimento grosseiro com o edital, não havendo possibilidade legal em manter sua habilitação como vencedora neste certame, o que poderia ocorrer total desrespeito à legislação.

E assim, baseiam-se às razões da manutenção da habilitação da recorrida, nos prejuízos que a mencionada Comissão de Licitação irá proporcionar, face nítida a falta de vinculação ao edital, causando assim o afastamento do maior objetivo do edital que é assegurar o atendimento do interesse do comprador. Desta forma, a r. decisão não foi

nada razoável e nem proporcional ao declarar a empresa vencedora do presente pregão. Ora Ilustres Julgadores. Como pode prosperar e permanecer eficaz decisão que se revela portadora de vício grave, contrariando violentamente o Princípio da Isonomia, bem como as regras do próprio edital que consignam a busca de seu cumprimento?

Assim, em atendimento ao princípio da isonomia, deve a Administração Pública inabilitar a empresa vencedora, DIANTE DA PLENA ECLARA INEQUILIBRILIDADE DE SUA PROPOSTA. Finalmente, há que se considerar que todos os apontamentos anteriormente abordados apresentam regras de cumprimento junto ao instrumento convocatório, deixando claro que a proponente recorrida não está em conformidade com as regras editalícias, demonstrando assim a impossibilidade quanto a habilitação desta.

IV. DO DIREITO

IV.I. DA APLICAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA QUANTO AO CUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O Princípio da Isonomia é regra fundamental que rege todos os atos administrativos, bem como os atos referentes ao procedimento licitatório. Note que a empresa ora recorrida não foi diligente e se apresentou sem o devido cuidado na preparação de sua documentação, haja inequidade de fato dos valores finais ofertados. Enfim, a proponente precisa ter o cuidado no momento de realizar o seu lance devendo ter consciência do valor que irá firmar de modo que obedeça as disposições legais da Lei de Licitações 8.666/93.

Portanto, devemos desde já, esclarecer que a empresa recorrente foi diligente ao examinar o edital e verificar se há a possibilidade de atender, de forma profissional e cuidadosa, todos os termos do edital. Frise-se que, a presente situação fática, desprestigia o consagrado Princípio da Isonomia, pois nesta linha de raciocínio, há de se abrir exceções, admitindo-se então o licitante que não cumpriu com todas as disposições atinentes do instrumento convocatório e mesmo assim foi declarada como habilitada e vencedora do certame, empregando-se a este tratamento desigual e privilegiado frente aos demais participantes do certame, bem como por esta empresa recorrente que apresenta suas razões de recurso, que foi diligente e cautelosa na confecção de sua proposta bem como na preparação de sua documentação.

Ora, tal posicionamento causa nítida afronta às principais regras de licitação, causando assim uma enorme insegurança, desordem e instabilidade a todos os certames licitatórios. Portanto, comprova-se que, a proposta de nossa empresa, é apta a atender ao interesse do Órgão Licitante, bem como a finalidade e a segurança da contratação, revelando-se assim como proposta mais vantajosa, e inclusive quanto ao cumprimento em se apresentar com o ramo de atividade adequado ao objeto desta licitação em questão.

Conclui-se então que, se a decisão do Pregoeiro for mantida, haverá a presença de grave ofensa ao Princípio da Isonomia, entre os participantes, vez que a nossa Empresa apresentou documentação comprovando seu ramo de atividade compatível e proposta dentro do valor de mercado para o devido cumprimento quanto às condições exigidas pelo edital para a prestação dos serviços. Portanto, não há de se cogitar na manutenção da classificação da empresa declarada vencedora, haja vista a inequidade de seu lance final e proposta firmada.

Desta forma, verifica-se que foi declarada como vencedora a empresa que não atendeu ao edital, e que, o Administrador Público selecionou a proposta menos vantajosa para a administração, afastando-se dos Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e Imparcialidade, e dos que lhe são correlatos.

Com efeito, classificar licitante que NÃO obedeceu aos critérios estabelecidos no Edital fere, ainda, o princípio do julgamento objetivo. Vejamos o ensinamento do ilustre Marçal Justen Filho: "A 'vantajosidade' da proposta deve ser apurada segundo um julgamento objetivo. O ato convocatório deve conter critérios objetivos de julgamento que não se fundem nas preferências ou escolhas dos julgadores. O julgamento das propostas subordina-se obrigatoriamente àqueles critérios." (Justen Filho, 2012, p. 446).

Assim, se faz necessário que esta Administração julgue provido o presente recurso, com observância ao princípio da isonomia, inabilitando a proponente LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA.

IV.II. DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Filia-se ao supracitado ensinamento de Marçal Justen Filho - Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Aide Editora, 2ª Edição, Pág. 30).

"No procedimento licitatório, desenvolve-se atividade vinculada. Isso significa ausência de liberdade (como regra) para a autoridade administrativa. A lei define as condições da atuação dos agentes administrativos, estabelecendo a ordenação (sequência) dos atos a serem praticados e impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas."

Em suma, não há razão ou argumento sólido que renda ensejo à classificação da proposta da proponente LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA, tendo em vista os diversos descumprimentos com o instrumento convocatório, conforme o exposto. De outra parte, a conduta voltada à aceitação da proposta da proponente LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA, viola o princípio da isonomia que deve presidir todo e qualquer procedimento licitatório (art. 3º, da Lei n.º 8.666/93).

V. DOS PEDIDOS

DIANTE DO EXPOSTO, requer-se que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a proponente LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA, inabilitada para prosseguir no pleito, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira JUSTIÇA. Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na

hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir devidamente informado à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Termos em que, Pede e espera deferimento.

Wenceslau Braz-PR, 19 de Abril de 2022.

MILTON HENRIQUE GRECHITERCERIZA – PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

Fechar

Assunto: CONTRARRECURSO PE 38-2022

De: LO Consultoria e Serviços <loconsultoriaeservicos@hotmail.com>

Data: 26/04/2022 10:59

Para: Licitação <licitacao@ubirata.pr.gov.br>

Devido a instabilidade da plataforma COMPRASNET, estamos enviando as Contrarrazões do PE 38/2022, da empresa LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA.

Atenciosamente,

Leandro de Oliveira

A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós. 2 Cor 13:13

— Anexos: —

CONTRARRECURSO UBIRATÃ.pdf

459KB



BRIGADA MOURÃO

LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA - ME

CNPJ: 18.344.892/0001-03

AV. Armelindo Trombini, 3380

Bairro: Jd Francisco Ferreira Albuquerque

Tel: (44) 3017-0153

Campo Mourão - Paraná

CEP: 87.309-097

Tel.Cel: (44) 99935-5050

E-mail: brigadamourao@hotmail.com

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE UBIATÁ – PARANÁ.

Referente. Ao Pregão Eletrônico 38/2022
Processo administrativo 5594/2022

A empresa **LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA. – ME** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **18.344.892/0001-03**, estabelecida à Avenida Armelindo Trombini, 3380 na cidade de Campo Mourão estado do Paraná, por intermédio de seu sócio administrador o Sr **Zacarias Teixeira da Silva** portador da carteira de identidade n. 4.031.424.5 e do CPF nº 512.834.419-34, vem respeitosamente à Vossa presença apresentar suas **CONTRARRAZÕES** em face dos argumentos apresentados no Recurso Administrativo interposto pela empresa **TERCERIZA – PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, pelas razões de fato e de direito a seguir:

I - FATOS E RAZÕES DE DIREITO

A Recorrida é uma empresa séria e, como tal, preparou sua documentação totalmente de acordo com o edital, que foi prontamente aceita por essa Administração. Essa pertinente comissão não pôde, sequer, vislumbrar qualquer erro na proposta e na habilitação da licitante em questão.

Entretanto, a Recorrente, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame apresentou um recurso absurdo, que não corresponde à realidade fática.

Apontou no seu frágil recurso que o preço após a etapa de lances é inexecutável. **EQUIVOCOU-SE**

Apresentou uma conta que não condiz com a realidade, pois faltou conhecimento na Lei de licitações.

Senão vejamos:

O artigo 48 da Lei Geral de Licitações (Lei 8.666/93), que trata especificamente da desclassificação de propostas. O Artigo 48 além de regulamentar de forma clara as devidas imposições de desclassificação de propostas comerciais, ainda impõe a rejeição a toda e qualquer proposta com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços classificados como manifestamente inexecutáveis.

O artigo 48, I, II da Lei Nº 8.666/1993 impõe que serão



BRIGADA MOURÃO

LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA - ME
CNPJ: 18.344.892/0001-03
AV. Armelindo Trombini, 3380
Bairro: Jd Francisco Ferreira Albuquerque
Tel: (44) 3017-0153

Campo Mourão - Paraná
CEP: 87.309-097
Tel.Cel: (44) 99935-5050
E-mail: brigadamourao@hotmail.com

desclassificadas as propostas que:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II – propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

O artigo 48, I, II da Lei Nº 8.666/1993 impõe o seguinte:

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo, consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou
- b) valor orçado pela Administração.

Conforme edital o valor máximo apresentado pela Administração para o lote 2, item 7 é de 200,00

Agora vamos localizar a média Aritmética das propostas após os lances:

FAZ EVENTOS, LOCACOES E TURISMO EIRELI 310,00 (proposta invalida, valor acima do edital)

BUCIOLI & PIECZARCKA LTDA. 210,00 (proposta invalida, valor acima do edital)

DTX MULT SERVICE LTDA 169,99

TERCERIZA – PRESTADORA DE SERVICOS 169,80

CASCAVELSERVICO DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA 140,00

JUST SEG - SEGURANCA E VIGILANCIA PRIVADA LTDA.LTDA. 139,00

LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA. 138,90

A Média Aritmética das Propostas Apresentadas é de 151,38

De posse de todas as propostas apresentadas pelos Licitantes você deverá iniciar o cálculo do Preço: As propostas dos licitantes cujos valores sejam iguais ou inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo proposto pela Administração estão fora da média. Nesse caso todas as propostas estão superiores ao valor.

Terceiro Passo: Localizar 70% do Menor Valor: Encontrar 70% do menor valor (ou valor orçado pela Administração ou do valor médio das propostas).

Abaixo de 70% da média aritmética das propostas válidas conforme Artigo 48, II, §1º, "a". Ou seja 70% de 151,38 = 106,76, nenhuma dessas propostas estão abaixo de 70% da média aritmética.



BRIGADA MOURÃO

LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA - ME
CNPJ: 18.344.892/0001-03
AV. Armelindo Trombini, 3380
Bairro: Jd Francisco Ferreira Albuquerque
Tel: (44) 3017-0153

Campo Mourão - Paraná
CEP: 87.309-097
Tel.Cel: (44) 99935-5050
E-mail: brigadamourao@hotmail.com

Nesse caso não há que se falar em preço inexequível, pois o que faltou para a empresa recorrente, foi estudar a Lei de licitações.

Salientamos também que a Administração Pública, por meio do pregoeiro, ao julgar as propostas do Pregão analisa os preços tendo como parâmetro o valor estimado. A proposta vencedora deverá atender às exigências do edital e ofertar o menor preço para que seja consagrada vencedora do certame.

Quando analisado o menor preço ofertado pelo licitando, poderá ocorrer do pregoeiro se deparar com a possibilidade da proposta ser inexequível.

A Lei de Licitações, em seu art. 48, inciso II, § 1º, prevê a desclassificação de propostas contendo preços inexequíveis, assim considerados aqueles que *“não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente”* (MENDES, Renato Geraldo).

Tal previsão legislativa destina-se, a um só tempo, a: a) minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não poderá cumprir e b) tutelar valor juridicamente relevante, qual seja, o de que as atividades econômicas sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país.

“A desclassificação por inexecuibilidade não se dará de forma sumária, em todos os casos será oportunizado ao licitante à comprovação da exequibilidade do preço ofertado, considerando aquele praticado no mercado”. (TCU – Plenário – Acórdão 1695/2019).

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a interpretação do dispositivo não seja rígida, literal e absoluta. A presunção de inexecuibilidade, também para a jurisprudência, deve ser relativa, oportunizando ao licitante à demonstração de exequibilidade da proposta:

(...)



BRIGADA MOURÃO

LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA - ME

CNPJ: 18.344.892/0001-03

AV. Armelindo Trombini, 3380

Bairro: Jd Francisco Ferreira Albuquerque

Tel: (44) 3017-0153

Campo Mourão - Paraná

CEP: 87.309-097

Tel.Cel: (44) 99935-5050

E-mail: brigadamourao@hotmail.com

No mesmo sentido vem a pacificada posição do Tribunal de Contas da União, como se verifica, por exemplo:

‘O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas ‘a’ e ‘b’, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a executabilidade da sua proposta. (Acórdão 587/2012 - Plenário, Rel. Min. Ana Arraes)’

Importante ainda clamar aos princípios constitucionais e legais positivados pelo legislador para a regência dos processos de licitação, encontra-se analogicamente o da razoabilidade, na Lei nº 9.784/99, que trata do processo administrativo, que sendo posterior a Lei de Licitações, inova, trazendo ao contexto o disposto, no seu art. 2º, vejamos:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da **legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.**

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

[...]

II - **atendimento a fins de interesse geral**, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - **objetividade no atendimento do interesse público**, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

[...]

IX - **adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados**;

[...]



BRIGADA MOURÃO

LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA - ME
CNPJ: 18.344.892/0001-03
AV. Armelindo Trombini, 3380
Bairro: Jd Francisco Ferreira Albuquerque
Tel: (44) 3017-0153

Campo Mourão - Paraná
CEP: 87.309-097
Tel.Cel: (44) 99935-5050
E-mail: brigadamourao@hotmail.com

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Por este diapasão legal, então, percebe-se implicitamente que o princípio da razoabilidade é notado na concepção mais moderna do Direito Administrativo, razão esta que contempla que princípios jurídicos não positivados no diploma especial licitatório pelo legislador, como procedimentais das licitações públicas, **também são aplicáveis no processo licitatório, de maneira subsidiária, a fim de dar lugar à aplicabilidade ao princípio da economicidade.**

Merece, pois, pacificar, contudo, que os princípios não mencionados nos dispositivos aplicáveis às licitações, subsidiariamente podem instruir a atividade administrativa nos certames públicos, **principalmente quando se simplifica atos que não prejudicam a concorrência, e se facilita procedimentos em favor da máquina estatal.**

O preceptivo e a definição dos princípios regentes da atividade administrativa em matéria de licitação pública já são objeto de farta doutrina. Para uma melhor compreensão destas palavras, porém, **é bom que se diga apenas que o princípio da razoabilidade deriva do princípio da proporcionalidade.**

O princípio da razoabilidade recomenda, em linhas gerais, uma certa ponderação dos valores jurídicos tutelados pela norma aplicável à situação de fato. Como diz de Marçal Justen Filho, o princípio da proporcionalidade, **prestigia a “instrumentalidade das normas jurídicas em relação aos fins a que se orientam” e “exclui interpretações que tornem inútil a(s) finalidade(s) buscada(s) pela norma”.** (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9a Ed., São Paulo: Dialética, 2002, p. 66- 67).

Salientamos também algumas passagens da Lei de Licitações que tratam da vedação à indicação de marca como regra geral:



BRIGADA MOURÃO

LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA - ME
CNPJ: 18.344.892/0001-03
AV. Armelindo Trombini, 3380
Bairro: Jd Francisco Ferreira Albuquerque
Tel: (44) 3017-0153

Campo Mourão - Paraná
CEP: 87.309-097
Tel.Cel: (44) 99935-5050
E-mail: brigadamourao@hotmail.com


Art. 7º, §5º: É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

II - PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSOS ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **LUCAS TEIXEIRA DA SILVA E CIA LTDA**, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Campo Mourão, 26 de Abril de 2022.


Zacarias Teixeira da Silva
Sócio Administrador
CPF 512.834.419-34
RG 4.031.424.5